

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO –
CTASP**

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO N° , DE 2010

DEPUTADO VICENTINHO

Solicita que seja realizada audiência pública para debater o tema do uso do gás natural veicular em todo o território nacional.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvindo o Plenário desta comissão, que sejam convidados representantes da Petrobras, Ministério de Minas e Energia, da ABGNV (Associação Brasileira do Gás Natural Veicular), Sindicopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo) e Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), para debater o tema do uso do gás natural veicular em todo o território nacional.

JUSTIFICATIVA

A realização da audiência se faz necessária para debater a utilização gás natural veicular (GNV), no Brasil, se iniciou nos idos dos anos 80, visando à utilização do gás proveniente dos lixões e aterros sanitários e do tratamento de afluentes.

As vantagens do uso do gás natural são muitas. Fora a sua importância estratégica para o desenvolvimento do país, o gás natural utilizado em veículos tem muitos benefícios, por exemplo, o impacto mínimo sobre o meio-ambiente, pois os veículos movidos a gás natural emitem menos poluentes. Comparados com os veículos movidos à gasolina, a emissão de monóxido de carbono é reduzida em até 90%. O gás natural é reconhecido como um dos mais seguros entre os combustíveis, por ser mais limpo e menos tóxico. Dissipa-se rapidamente na atmosfera, reduzindo o risco de qualquer explosão ou incêndio, além da vantagem de não ser possível adulterá-lo.

Outra grande vantagem é a economia em relação à gasolina, chegando ao patamar de 60%, elevando o rendimento por quilômetro rodado e, consequentemente, uma maior renda para seus usuários, tais como os taxistas, frotistas, motoristas de vans e caminhonetes, vendedores, empresas de manutenção, pequenos distribuidores, enfim toda uma malha de usuários trabalhadores, responsável por boa parte da economia no Brasil, sem falar da frota de serviços ofertados pelo poder público.

No tocante ao capital humano, foram gerados, a partir daí, cerca de setenta mil empregos em toda a cadeia produtiva e de serviços, prejudicados desde 2007, face às ações de nacionalização praticadas pela Bolívia e de políticas de desestímulo e restrições havidas quanto ao seu uso pela população.

Sinto uma profunda necessidade de evoluirmos neste tema em todos os sentidos, principalmente porque o nosso interesse é que o setor cresça e gere empregos, evitando o desperdício e contribuindo para um mundo com menos poluição.

Assim sendo, peço o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em de março de 2.010

DEPUTADO VICENTINHO (PT/SP)